

Renegociação, sem dúvida

O Sr Afonso Celso Pastore, que voltará a Nova Iorque no dia 3, certamente o fará na crença de que há condições para negociação da sétima Carta de Intenções do Governo brasileiro mandada ao FMI. É possível que o documento seja recebido, examinado, estudado e sobre ele haja até mesmo uma decisão da organização internacional. Mas não parece provável que a aceitação da Carta pelo FMI produza imediato efeito nas negociações diretas entre credores e as autoridades monetárias do país. Os indícios, segundo informações publicadas nos Estados Unidos, são de que os banqueiros recorram a um tempo de espera que coincida senão com a posse pelo menos com as primeiras indicações do Governo Tancredo Neves em relação ao problema da dívida externa.

Se o candidato a Presidente tem assegurado que o Brasil não romperá com o FMI — nem seria esse o caso — nem pensa sequer em deixar de atender seus compromissos, preparando-se para pagar o que deve, também não é menos exato que há uma discordância básica entre os termos atuais de negociação e o que pensam os políticos que se preparam para assumir a direção do país no dia 15 de março.

A modificação de atitude não é projetada apenas pelo PMDB ou pelos economistas de formação esquerdista que compõem diversas faixas políticas do principal partido de oposição. Também a Frente Liberal alimenta propósitos semelhantes e não será por aí que haverá dificuldades nas conversas da comissão comandada pelo Sr José Serra e integrada por economistas à esquerda e por empresários à direita do futuro esquema oficial.

Uma das principais figuras da Frente Liberal, reiterando críticas e atitudes geralmente atribuídas ao PMDB, assegura que o Brasil já passou por cinco anos de recessão e não tem condições de prolongar essa situação que afeta crescentemente os padrões de vida da população. Não é possível, disse a mesma destacada personalidade, que o Brasil continue a remeter para fora do país 15 bilhões de dólares anualmente, índice que supera o saldo da nossa balança comercial e quantia que a economia brasileira não poderá fornecer sob pena de cessar gradualmente toda a atividade econômica do país.

O problema da dívida, para essa personalidade da Frente Liberal, envolve uma renegociação que alivie a carga de exportação de dólares para os centros financeiros do mundo como também possilita o exame da

própria Constituição da dívida e portanto da definição de seletividade no atendimento dos compromissos. Encampando informações já examinadas por outros economistas e políticos, o interlocutor lembrou, por exemplo, que cerca de 30% da dívida externa brasileira constituem-se de empréstimos das matrizes às filiais das empresas multinacionais no país. Esses recursos deveriam ter ingressado aqui como capital de risco ou reinvestimento, jamais como dívida a onerar nossas contas externas. Parte da dívida tem como credores instituições internacionais como o BID e o BIRD.

Outro problema que merece pelo menos indagação para melhor conhecimento de causa é o fato de que o Brasil compra do mundo inteiro mas deve somente em dólares. Por que não devemos em ienes, em marcos, em francos, em moedas fortes dos países com que negociamos? Essa concentração da dívida numa mesma moeda, que expressa a economia mais forte do mundo ocidental, seria um dos elementos a ser estudado com vistas a uma eventual discriminação de compromissos.

Enfim, essas preocupações revelam que há unidade no futuro Governo Tancredo Neves quanto ao reexame da política até aqui seguida pelas autoridades brasileiras na negociação da dívida externa. O Governo brasileiro quer novos prazos e menos pressões para transferir anualmente para fora o produto do nosso trabalho. Se isso continuar a acontecer, a economia nacional continuará a se depauperar a ponto de sequer podermos mais atender aos credores. Como disse o ex-Ministro Hélio Beltrão, os banqueiros internacionais sabem que não podem matar a galinha dos ovos de ouro.

Não se pensa em negar a dívida nem em decretar moratórias e têm-se em vista os problemas que o Presidente Alfonsín enfrentou ao tentar resistir aos termos de negociação oferecidos pelo FMI. Mas há uma decisão de alterar o mais cedo possível a natureza das relações entre os credores internacionais e seu principal devedor, que é o Governo brasileiro. Não se sabe a quem o Sr Tancredo Neves confiará a gestão econômico-financeira do país, mas já se sabe que há um consenso na Aliança Democrática quanto ao que não é mais possível fazer, se se pretende melhorar o padrão de vida da população e reimprimir um ritmo mais acelerado à produção econômica do país.